



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA - ICSEZ
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

ELIZANDRA DE OLIVEIRA CASTRO

**O PLANEJAMENTO DIDÁTICO NO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS EM
UMA ESCOLA PÚBLICA DE PARINTINS-AM EM TEMPOS DE PANDEMIA DA
COVID-19**

**Parintins – AM
2023**

ELIZANDRA DE OLIVEIRA CASTRO

**O PLANEJAMENTO DIDÁTICO NO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS EM
UMA ESCOLA PÚBLICA DE PARINTINS-AM EM TEMPOS DE PANDEMIA DA
COVID-19**

Artigo científico apresentado ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, ICSEZ/UFAM, como Trabalho de Conclusão de Curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Corina Fátima Costa Vasconcelos

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C355p Castro, Elizandra de Oliveira
O Planejamento didático no retorno das aulas presenciais em uma escola pública de Parintins/AM em tempos de pandemia da Covid-19 / Elizandra de Oliveira Castro . 2023
29 f.: 31 cm.

Orientador: Corina Fátima Costa Vasconcelos
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Planejamento didático. 2. Ensino remoto. 3. Pandemia Covid-19. 4. Ensino Fundamental I. I. Vasconcelos, Corina Fátima Costa. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ELIZANDRA DE OLIVEIRA CASTRO

**O PLANEJAMENTO DIDÁTICO NO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS EM
UMA ESCOLA PÚBLICA DE PARINTINS-AM EM TEMPOS DE PANDEMIA DA
COVID-19**

Artigo científico apresentado ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ/UFAM, como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Parintins, 14 de julho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Corina Fátima Costa Vasconcelos – Presidente
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM

Prof^ª. Dra. Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos – Membro
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM

Prof. Dra. Fernanda Priscila Alves da Silva - Membro
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM

O PLANEJAMENTO DIDÁTICO NO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PARINTINS-AM EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Elizandra de Oliveira Castro¹
Corina Fátima Costa Vasconcelos²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar como se deu o Planejamento didático nos anos iniciais do ensino fundamental no retorno das aulas presenciais em uma escola pública de Parintins em tempos da Pandemia da Covid-19. Propôs-se também a identificar as principais preocupações e preparação dos professores com relação ao retorno às aulas presenciais, descrever como foi elaborado o planejamento didático pelas professoras e apresentar as suas dificuldades e estratégias utilizadas na elaboração do planejamento didático para o retorno das aulas presenciais. Esta pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa e foi realizada em uma escola da rede municipal de Parintins-AM, tendo como sujeitos entrevistados um grupo de quatro docentes que ministram aulas nos anos iniciais do ensino Fundamental (1º ao 5º). Na produção dos dados utilizou-se a entrevista semiestruturada. Os resultados demonstram que com a pandemia da Covid-19, houve um atraso muito grande no processo educacional das crianças, já que uma maioria não teve a oportunidade de acompanhar as aulas online, por não ter acesso a ferramentas tecnológicas e uma internet de qualidade. Essa questão também dificultava a elaboração do planejamento didático por parte dos professores. Os professores não estavam cem por cento preparados para esse retorno, ainda teriam que lidar com as dificuldades dos estudantes. Porém aos poucos foram superando os obstáculos à medida que buscavam novas maneiras de ensinar, criando novas possibilidades de aprendizagem.

Palavras-chave: Planejamento Didático. Ensino Remoto. Pandemia Covid-19.

ABSTRACT

This study aims to investigate how Didactic Planning took place in the early years of elementary school in the return of face-to-face classes in a public school in Parintins in times of the Covid-19 Pandemic. It was also proposed to identify the main concerns and preparation of teachers regarding the return to face-to-face classes, describe how the didactic planning was elaborated by the teachers and present their difficulties and strategies used in the elaboration of the didactic planning for the return of face-to-face classes. This research took a qualitative approach and was carried out in a school in the municipal network of Parintins-AM, with a group of four teachers who teach classes in the early years of elementary school (1st to 5th) as interviewed

¹ Graduanda de Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/UFAM), Campus Universitário, Parintins, AM. E-mail: elizandraufam@outlook.com.

² Doutora em Educação e Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM) Campus Universitário, Parintins (AM). E-mail: corina@ufam.edu.br.

subjects. In the production of data, a semi-structured interview was used. The results show that with the Covid-19 pandemic, there was a very large delay in the educational process of children, since a majority did not have the opportunity to follow online classes, as they did not have access to technological tools and quality internet. This issue also made it difficult for teachers to elaborate didactic planning. Teachers were not one hundred percent prepared for this return, they would still have to deal with student difficulties. However, little by little, they overcame obstacles as they sought new ways of teaching, creating new learning possibilities.

Keywords: Didactic Planning. Remote Learning. Covid-19 pandemic.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, o mundo foi impactado pela pandemia da COVID 19. Muitas mudanças aconteceram, o mundo vivenciou períodos de extrema tristeza, devido às inúmeras mortes ocorridas, o caos se espalhou pelo mundo, paralisando grande parte dos setores socioeconômicos. As pessoas passaram a ficar em casa sem poder sair, já que o risco de contaminação era em grande escala. Como fora dito, houve paralização em vários setores e, no contexto educacional, houve a suspensão das aulas presenciais. Esse fato ocorreu a nível internacional e nacional, pois o distanciamento social foi uma medida necessária para o combate à disseminação do vírus.

A decisão suprema para a paralização das aulas presenciais nas redes de ensino pública e privada em nível nacional, deu-se por meio do Ministério da Educação – MEC. Assim, várias Portarias e Pareceres foram instituídos, desde março de 2020. Neste contexto, menciona-se neste estudo a Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021, do Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, publicado no Diário Oficial da União, com referência à seção 1, página 34, que corresponde às Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Optou-se por utilizar este documento oficial, porque nele constam dados referentes ao início da pandemia a partir de março de 2020 com relação a educação brasileira.

Com a decisão do MEC, em paralisar as aulas presenciais, todas as federações, paralisaram de igual modo, cada estado e município passou a se organizar, a fim de buscar um meio de ofertar o ensino para todos os alunos. A intenção de alcançar os alunos da rede pública municipal e estadual, em sua totalidade, foi relevante, visto que os caminhos e alternativas que se tinham compatíveis com a realidade imposta pela pandemia eram escassos.

No município de Parintins as medidas de suspensão das aulas foram feitas inicialmente

a cada 15 dias desde o mês de março de 2020, até que se estabeleceu a suspensão das aulas presenciais por completo, ficando definido que se pensaria em uma alternativa para dar continuidade na oferta da Educação Básica. Diante disso, esta investigação tentou responder o seguinte problema de pesquisa: Como se deu o Planejamento didático nos anos iniciais do ensino fundamental no retorno das aulas presenciais em uma escola pública de Parintins em tempos da Pandemia da Covid-19?

E para responder a este questionamento, este estudo teve como objetivo geral analisar como se deu o planejamento didático nos anos iniciais do ensino fundamental no retorno das aulas presenciais em uma escola pública da rede municipal de Parintins em tempos da Pandemia da Covid-19. Em consonância, foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1) identificar as principais preocupações e preparação dos professores com relação ao retorno às aulas presenciais; 2) descrever como foi elaborado o planejamento didático pelos professores dos anos iniciais de uma escola pública da rede municipal de Parintins para o retorno das aulas presenciais; 3) apresentar as dificuldades dos professores e estratégias utilizadas na elaboração do planejamento didático para o retorno das aulas presenciais.

Assim, este estudo justifica-se pelo entendimento de que o planejamento didático foi uma questão essencial para o retorno seguro das aulas presenciais na escola pesquisada pós-pandemia da COVID-19. A pandemia alterou drasticamente a rotina escolar, criando novos desafios para o processo ensino-aprendizagem. Para que o retorno às aulas presenciais ocorresse de forma segura e efetiva, foi necessário um planejamento cuidadoso que levasse em consideração medidas sanitárias rigorosas, como o distanciamento social e o uso de máscaras, além de estratégias pedagógicas que facilitassem a adaptação dos alunos a esse novo formato de ensino. Além disso, foi importante considerar as particularidades da região e as necessidades dos alunos para garantir que o plano de ensino fosse efetivo e engajador, permitindo que os alunos desenvolvessem suas habilidades e conhecimentos de forma plena.

2 O PLANEJAMENTO DIDÁTICO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia da COVID-19 teve início em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China. O surto foi inicialmente identificado como um cluster de casos de pneumonia de causa desconhecida. Em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo tipo de coronavírus como a causa do surto, que mais tarde foi nomeado como SARS-CoV-2.

A rápida disseminação do vírus na China e em outros países levou a uma preocupação global e a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou uma emergência de saúde pública de importância internacional em 30 de janeiro de 2020. Em março de 2020, a OMS declarou a COVID-19 uma pandemia, devido ao rápido aumento de casos confirmados em todo o mundo.

A pandemia da COVID-19 teve um grande impacto na economia global com empresas e indústrias sendo forçadas a fechar temporariamente ou permanentemente. O setor de turismo e viagens foi particularmente afetado, bem como o setor de entretenimento, incluindo cinemas, teatros e locais de música ao vivo. O setor de saúde também foi sobrecarregado, com hospitais e profissionais de saúde enfrentando uma demanda sem precedentes.

A pandemia também teve um impacto significativo na vida das pessoas em todo o mundo, com muitos países adotando medidas de distanciamento social para impedir a propagação do vírus. Isso incluiu o fechamento de escolas, universidades e empresas, bem como a proibição de reuniões em massa. O uso de máscaras faciais e a lavagem frequente das mãos também foram recomendados para impedir a propagação do vírus.

Desde o início da pandemia, houve muitas descobertas importantes em relação ao SARS-CoV-2 e à COVID-19. As vacinas foram desenvolvidas e distribuídas em todo o mundo para ajudar a prevenir a doença e novos tratamentos também foram desenvolvidos.

Embora a pandemia tenha sido uma experiência desafiadora para muitas pessoas, ela também trouxe à tona a importância da colaboração global e da inovação científica. A pandemia da COVID-19 continuará a ser estudada e discutida por muitos anos como um exemplo de como as comunidades podem trabalhar juntas para enfrentar desafios globais.

A crise da Covid-19 no Brasil evidenciou diversos problemas que apontam para o agravamento das desigualdades e exclusões no sistema educacional, o que motivou educadores e outros indivíduos interessados a repensarem o modelo educativo atual em meio ao caos.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi proposto pelo governo como uma alternativa para manter as atividades escolares e acadêmicas em andamento durante a pandemia em todo o país. A pandemia de Covid-19 no Brasil teve efeitos especialmente graves entre grupos vulneráveis da população, acentuando desigualdades étnicas, raciais, de gênero, sociais, religiosas, educacionais, digitais, entre outras. Em relação à educação, diante da alta taxa de contágio do vírus e do estado de calamidade pública, o governo brasileiro determinou o isolamento social em todo o país, medida recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para conter a disseminação do vírus. Como resultado, todas as atividades educacionais em escolas e instituições de ensino superior foram suspensas, levando à adoção do ERE.

[...] o ensino remoto de emergência é uma mudança temporária para um formato de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas que, de outra forma, seriam lecionadas presencialmente e que voltarão a esse formato assim que a crise ou emergência passar (MATTAR; LOUREIRO; RODRIGUES, 2020, p. 01).

O ERE foi regulamentado pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) - CNE/CP nº 5/2020, que afirma que a suspensão prolongada das aulas presenciais poderia comprometer os calendários escolares dos anos de 2021 e 2022, atrasar o processo educacional e de aprendizagem dos estudantes e aumentar a evasão e o abandono escolar durante a pandemia da Covid-19. No entanto, muitos educadores e pesquisadores da educação e áreas correlatas questionaram essas justificativas para a implementação do ensino remoto na educação básica e no ensino superior brasileiro como uma solução viável para a atual situação pandêmica.

De acordo com as reflexões de Saviani e Galvão (2021), foi possível observar que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) teve implicações pedagógicas significativas para a educação brasileira. Eles argumentam que o discurso do governo de adesão ao ERE devido à falta de alternativas em virtude das limitações impostas pela pandemia da Covid-19 não foi verdadeiro. Para esses autores, a implementação do ERE foi, na verdade, uma escolha política que demonstra a falta de compromisso com a oferta de educação pública de qualidade. Afinal, antes de adotar o ERE, seria necessário preencher algumas condições primordiais no contexto educacional brasileiro.

Mesmo para funcionar como substituto, excepcional, transitório, emergencial, temporário etc., em que pesem as discordâncias que temos com o ensino não presencial e que iremos abordar, determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes, também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 38).

De acordo com Saviani e Galvão (2021), o ERE desmereceu a importância da educação escolar e de seus conteúdos, além de acentuar a precarização e intensificação do trabalho docente, caracterizando a "uberização" do ensino. Ademais, os autores destacam que essa modalidade de ensino pode ser utilizada como justificativa para impulsionar a educação a distância em função de interesses comerciais, deixando de fora digitalmente os estudantes que não possuem acesso à internet e tecnologia adequada.

Freitas (2016) destaca a ameaça da "uberização"³ sobre as profissões, incluindo a dos professores, especialmente durante a atual pandemia, que pode impactar negativamente a concepção de educação pública e remodelar a prática dos professores nas escolas, contribuindo para a alienação e exploração dos trabalhadores da educação.

A relação professor-aluno que numa sala convencional de aula pode ser de 40 alunos para um professor, pode chegar a 400 alunos para um professor, dez vezes mais, em uma escola online. Se esta forma de organização do trabalho, a uberização, prospera, um professor em sua casa, atende 400 alunos "online". A própria plataforma monitora o tempo gasto pelo professor e gera a base de sua remuneração (FREITAS, 2016).

O tipo de ambiente de trabalho descrito acima levou os professores a perderem a autonomia sobre sua própria atividade profissional, permitindo que terceiros (os consumidores) monitorem e controlem de forma rígida e centralizada. Isso significa que o gerenciamento da atividade permaneceria nas mãos da classe dominante, enquanto os professores seriam subordinados a jornadas de trabalho extenuantes e salários indignos. Esse tipo de situação retiraria o sentido social da profissão de professor, como destaca Silva (2019).

Conforme Moreira, Henriques e Barros (2020), o uso de tecnologias digitais no ensino remoto intensificou-se, fazendo com que muitos educadores se transformassem em youtubers e aprendessem a utilizar sistemas de videoconferência e plataformas de aprendizagem. No entanto, na maioria dos casos, os recursos digitais foram integrados de forma instrumental e transmissiva, em contraposição aos princípios da educação online.

Segundo Mattar, Loureiro e Rodrigues (2020), a pesquisa do Instituto Península indicou que a maioria dos professores não estavam preparados para o ensino remoto e desejavam receber apoio e treinamento. Os desafios apresentados incluem a falta de infraestrutura e conectividade dos alunos, a perda de vínculo com os estudantes, a falta de formação profissional e o desconhecimento dos recursos virtuais.

³ O termo "uberização" é utilizado para descrever um modelo de negócios em que empresas atuam como intermediárias entre prestadores de serviços e consumidores, usando tecnologias digitais para conectar as duas partes de forma eficiente. Esse modelo surgiu a partir da popularização do aplicativo de transporte Uber, que conecta motoristas particulares a usuários que precisam de uma corrida. A partir do sucesso do Uber, várias outras empresas adotaram esse modelo, que ficou conhecido como "economia compartilhada" ou "economia sob demanda". Por meio dessas empresas, é possível contratar serviços como entregas de comida, serviços de limpeza, locação de imóveis, entre outros, tudo de forma rápida e conveniente, usando um aplicativo ou site. O termo "uberização" também é usado para descrever a tendência de empresas de diversos setores em adotar esse modelo de negócios, buscando aumentar sua eficiência e reduzir custos. No entanto, a adoção desse modelo também tem gerado polêmicas em relação aos direitos trabalhistas dos prestadores de serviços, já que muitos trabalham como autônomos e não têm acesso a benefícios como férias remuneradas e seguro saúde (TEIXEIRA, 2022).

Saviani e Galvão (2021) argumentam que o ensino remoto foi uma proposta governamental que não atende às demandas da educação pública como direito social, mas sim aos interesses do capital. Eles convocam educadores e interessados para repensar o que tem sido chamado de "novo normal". Santos (2020) enfatiza que a pandemia Covid-19 expõe as falhas da sociedade, mas também apresenta alternativas para repensar novas formas de viver, produzir e consumir. Morais e Brito (2020) destacam que a transição das atividades presenciais para o espaço virtual expõe as deficiências na formação e habilidades digitais de professores, estudantes e outros profissionais da educação.

De acordo com Ratusniak e Silva (2022), o retorno às aulas presenciais nas escolas públicas brasileiras foi um tema bastante controverso, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Embora a educação seja um direito fundamental garantido pela Constituição brasileira, o fechamento de escolas foi uma das medidas mais importantes para conter a disseminação do vírus.

Segundo o Ministério da Educação (MEC) brasileiro, o retorno às aulas presenciais foi fundamental para a recuperação da aprendizagem dos alunos, além de ser uma medida importante para a garantia do direito à educação. O MEC elaborou um documento intitulado "Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Escolares Presenciais", que orientou as escolas sobre as medidas a serem tomadas para garantir a segurança de alunos e professores durante a pandemia. Entre as medidas estão a utilização de máscaras, a disponibilização de álcool em gel, o distanciamento social e a adoção de sistemas de rodízio para reduzir o número de alunos por sala de aula (DARSIE *et al.*, 2022).

No entanto, o retorno às aulas presenciais ainda foi visto com receio por muitos profissionais da educação e especialistas na área da saúde. Em uma nota técnica divulgada em março de 2021, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) recomendou a suspensão das aulas presenciais em todo o país, diante da gravidade da pandemia. O documento alertava para o risco de aumento de casos e óbitos em decorrência da retomada das atividades escolares presenciais, especialmente em regiões com alta taxa de transmissão do vírus (BRAGA; FLORÊNCIO, 2022).

O retorno às aulas presenciais também foi discutido por entidades que representam os professores. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por exemplo, se posicionou contrária à retomada das atividades presenciais sem a garantia de condições sanitárias adequadas. Em um documento divulgado em fevereiro de 2021, a entidade defendeu a manutenção do ensino remoto como medida de proteção à saúde dos profissionais da educação

e dos alunos (SANTANA *et al.*, 2022).

Por outro lado, conforme Souza e Martins (2022), houve evidências de que a interrupção das aulas presenciais impactou negativamente a aprendizagem dos alunos, especialmente aqueles que não têm acesso à tecnologia e à internet para acompanhar as aulas remotas. Em um comunicado divulgado em janeiro de 2021, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alertou para o risco de aumento das desigualdades educacionais e sociais em decorrência do fechamento das escolas.

A retomada das aulas presenciais também foi defendida por alguns estados e municípios brasileiros, que já iniciaram o processo de retorno gradual das atividades escolares presenciais. O estado de São Paulo, por exemplo, adotou um plano de retorno progressivo às aulas presenciais, com base em critérios epidemiológicos e de segurança sanitária. O estado do Rio de Janeiro também retomou as aulas presenciais em algumas regiões, seguindo protocolos de segurança e de higiene.

Outro aspecto importante foi o diálogo com a comunidade escolar e a garantia do direito de escolha dos pais e responsáveis pelos estudantes, que devem ser informados sobre os protocolos de segurança adotados pela escola e ter a opção de manter o ensino remoto, caso se sentissem mais seguros dessa forma.

É preciso considerar que nem todas as escolas públicas brasileiras possuíam condições adequadas para a retomada das atividades presenciais, seja por falta de infraestrutura, equipamentos de proteção individual ou recursos humanos. Nesse sentido, é importante que o poder público invista em políticas de infraestrutura e tecnologia para garantir que todas as escolas estejam em condições de receber os estudantes de forma segura (SUNDE, 2021).

Por fim, é fundamental destacar que a retomada das aulas presenciais não deve ser vista como uma solução única e definitiva para os desafios da educação durante a pandemia. O ensino híbrido, que combina atividades presenciais e remotas, pode ser uma alternativa mais flexível e adaptável às diferentes realidades e necessidades dos estudantes e escolas. O importante é garantir que a educação continue sendo um direito de todos, com qualidade e segurança.

Ao entender que o planejamento é um recurso que sustenta a prática educativa do professor e lhe permite uma organização sistemática do conteúdo a ser ensinado na sala de aula, compreende-se que o planejamento é crucial para o progresso dos alunos, oferecendo oportunidades para o êxito do processo de ensino-aprendizagem.

Para a obtenção de uma compreensão teórica mais sólida para a nossa discussão, é válido destacar que de acordo com Libâneo (1994, p. 22), “o planejamento possui uma grande

relevância, pois é considerado um processo que racionaliza, organiza e coordena as ações do professor, conectando a prática escolar com as questões do ambiente social”.

Percebemos muitas vezes, que a maioria dos professores encontram dificuldades em planejar suas aulas, devido ao fato de muitas vezes não ter formação teórica metodológica necessária para compreender a verdadeira importância do ato de planejar em sua prática pedagógica (LIBÂNEO, 1994, p. 22).

Segundo Oliveira (2007, p.21), “o ato de planejar requer considerar aspectos fundamentais. O primeiro passo é conhecer a realidade do que se deseja planejar e identificar as principais necessidades que precisam ser abordadas”. Para isso, é necessário realizar uma investigação prévia da realidade do assunto a ser planejado, a fim de definir finalidades, metas ou objetivos que precisam ser trabalhados com mais urgência.

Para isso, o professor precisa conhecer a realidade de seus alunos, realizando um diagnóstico que permita identificar as dificuldades existentes. A partir desse ponto, é possível intervir para ajudar o aluno a superar suas limitações, garantindo que o professor tenha um bom desempenho no momento de ensinar os conteúdos e alcançar os objetivos esperados. No entanto, é necessário que o professor tenha um bom conhecimento do que irá ensinar, como irá ensinar e para quem irá ensinar, a fim de identificar as ações necessárias para atingir as metas estabelecidas. Quando se busca alcançar determinados objetivos, é preciso identificar os meios necessários para alcançá-los, o que é considerado planejamento (DALMÁS, 1994, p. 23).

Dessa forma, planejar é organizar as ações de maneira eficiente e eficaz, levando em consideração o momento e o público com quem se trabalha. Para isso, é fundamental que o professor conheça sua turma e cada aluno individualmente. Quanto mais se conhece, melhor é possível planejar e obter melhores resultados. De acordo com Luckesi (2011, p. 125), planejar significa definir objetivos e encontrar os meios para alcançá-los”. Portanto, compreende-se que o planejamento requer ações interligadas e organizadas para alcançar resultados desejados e satisfatórios em relação aos objetivos estabelecidos.

Podemos definir o planejamento como a aplicação sistemática do conhecimento humano para prever e avaliar cursos de ação alternativos, com vista a tomada de decisões adequadas e racionais, que sirvam de base para a ação futura. Planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito, ou seja, um plano é uma linha de ação pré-estabelecida (LUCKESI, 2011, p.19).

Uma educação de qualidade está diretamente relacionada a uma aprendizagem

significativa, que atenda às necessidades e particularidades do aluno. Nesse sentido, é necessário que haja uma construção de conhecimento que valorize o desenvolvimento cultural do aluno. Segundo a autora Sant'Ana (1986), o planejamento compreende três etapas. A primeira etapa é a preparação ou estruturação do plano de Trabalho Docente, na qual o professor define a metodologia e os recursos didáticos e tecnológicos que serão utilizados para desenvolver os conteúdos. Além disso, é estabelecido os objetivos que serão alcançados ao longo do trabalho, elaborando estratégias para atingi-los.

3 PLANEJAMENTO DIDÁTICO: PENSANDO SUA ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Para que a prática docente seja efetiva, o professor deve ter à sua disposição uma série de recursos e estratégias que facilitem suas ações. Entre esses recursos, encontram-se o conhecimento pedagógico e a conduta adequada. É crucial que o professor prepare materiais e recursos que sejam relevantes e pertinentes para a realidade de seus alunos, tendo em vista que as salas de aula são compostas por indivíduos com diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. Por essa razão, é fundamental que o professor elabore um plano didático que reflita a realidade dos alunos e possa ser aplicado de forma efetiva.

O planejamento é um elemento fundamental para o sucesso da prática educativa. Ao planejar, o professor antecipa as ações e atividades que serão realizadas em conjunto com seus alunos, organizando-as de maneira eficiente para alcançar os objetivos educacionais. Portanto, o planejamento é uma necessidade universal em todas as áreas da atividade humana, pois permite que se preveja e decida o que será realizado.

[...] planejar significa antever uma forma possível e desejável. Se não há planejamento, corre-se o risco de se desperdiçarem oportunidades muito interessantes. Não dá para dar aula improvisando, em off e se não ficar boa, "regravar" (como nos programas de televisão). Não planejar pode implicar perder possibilidades de melhores caminhos, perder pontos de entrada significativos (VASCONCELLOS, 2002, p. 149).

Conforme explicado por Vasconcellos (2002), o planejamento implica na antecipação de possibilidades e soluções para imprevistos, resultando em processos de aprendizagem mais significativos. Ele permite uma organização metodológica eficiente dos conteúdos a serem abordados em sala de aula, tornando-os motivadores para a aprendizagem dos alunos. Através do planejamento, o professor pode antecipar possíveis dificuldades que seus alunos possam ter

e preparar soluções para lidar com elas, além de organizar os conteúdos de forma clara e coesa para que os alunos possam compreendê-los melhor.

No entanto, é importante lembrar que o planejamento não deve ser algo engessado e inflexível, mas sim um processo contínuo de avaliação e adaptação, permitindo que o professor faça ajustes e mudanças sempre que necessário para garantir que seus alunos estejam aprendendo de maneira efetiva. Além disso, é importante lembrar que a motivação dos alunos para aprender não depende apenas do planejamento, mas também de outros fatores, como o ambiente escolar, a relação com o professor, a relevância do conteúdo para suas vidas e suas próprias experiências e interesses.

O planejamento é uma ferramenta essencial para a prática educativa. A ausência de planejamento pode levar a aulas monótonas e desorganizadas, o que resulta em alunos desinteressados e desmotivados. Libâneo (1994, p. 221) enfatiza que “o planejamento escolar é uma responsabilidade do docente e inclui a previsão, organização e coordenação das atividades didáticas relacionadas aos objetivos a serem alcançados na ação pedagógica”, permitindo a revisão e adaptação durante o processo de ensino.

O planejamento não se resume apenas à programação das atividades docentes, mas também envolve reflexão e pesquisa, interligando-se com a avaliação do ensino a ser ministrado. É um processo de organização e racionalização das atividades educacionais, considerando as questões sociais presentes no contexto escolar, pois a educação é uma prática social que envolve múltiplas relações entre professor, aluno e escola. Como a escola é influenciada por fatores econômicos, sociais, culturais e políticos, o planejamento deve levar em conta essas implicações sociais e ser um instrumento de reflexão sobre as ações e opções do docente. Se o professor não pensar em formas didáticas que apresentem soluções estratégicas sobre o trabalho a ser exercido, ele acabará seguindo os rumos preestabelecidos pela sociedade (FREIRE, 2000; LIBÂNEO, 1994; VASCONCELLOS, 2002).

Durante a aula, o ensino é colocado em prática e os encontros e conflitos entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem se manifestam. Embora os alunos estejam presentes, é o professor que conduz a experiência da aula, sendo responsável pelo projeto de seu trabalho. Cada aula oferece novas situações, desafios e oportunidades que o educador deve enfrentar e explorar. Portanto, o planejamento é fundamental para orientar a prática docente e servir como um meio de comunicação entre o professor, o aluno e o conhecimento que se deseja ensinar.

Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia dos resultados. E sendo a educação, especialmente a educação escolar, uma atividade sistemática, uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja ela qual for o seu nível (SCHMITZ, 2000, p.101).

O planejamento é a antecipação das ações e procedimentos que serão realizados pelo professor em colaboração com os alunos. Para isso, é fundamental considerar algumas suposições, tais como: analisar as características essenciais dos alunos; refletir sobre os métodos e recursos disponíveis; estabelecer os objetivos e metas educacionais mais apropriados para cada aluno; selecionar e organizar os conteúdos a serem assimilados; e prever os procedimentos de avaliação mais adequados aos objetivos propostos, a fim de garantir uma distribuição equilibrada do trabalho em relação ao tempo. É importante também prever recursos de ensino que incentivem a participação ativa de ambos os sujeitos, evitando a simples repetição mecânica dos conteúdos (FREIRE, 2000; LIBÂNEO, 1994; VASCONCELLOS, 2002).

A falta de planejamento resulta em um processo de ensino monótono, sem objetivos e metas claras, prejudicando a qualidade do ensino e aprendizagem. Por isso, não se deve conduzir aulas com improvisos, que podem levar a ações falhas e demonstrar falta de comprometimento com a aprendizagem dos alunos, negligenciando a prática educativa eficaz. Ao agir sem planejamento, é impossível alcançar os objetivos de formação adequada do cidadão (FREIRE, 2000; LIBÂNEO, 1994; VASCONCELLOS, 2002).

O educador deve estar ciente de seu papel como agente de transformação e entender que a sociedade está em constante evolução. A aula é a principal forma de organizar o processo de ensino e é durante as aulas que o professor deve criar situações, condições e meios para que os alunos participem ativamente, adquiram conhecimentos e desenvolvam suas habilidades cognitivas. O objetivo é criar mecanismos para o desenvolvimento das habilidades dos alunos. (FREIRE, 2000; LIBÂNEO, 1994; VASCONCELLOS, 2002).

De acordo com Vygotsky (1998), o professor que planeja tem um desempenho profissional melhor do que aqueles que apenas repetem métodos passados. Isso ocorre porque o professor que planeja é capaz de se adaptar às necessidades do presente e do futuro, projetando-se para estar preparado para as mudanças que virão. O ato de planejar envolve o conhecimento das necessidades e realidades, a definição de metas, estratégias e objetivos, e a previsão de obstáculos e ações para colaborar com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Ao planejar, é possível criar aulas dinâmicas e eficazes, rompendo com ações improvisadas e permitindo a solução de desafios. Para isso, é necessário contemplar

a educação em sua complexidade e amplitude (FREIRE, 2000; LIBÂNEO, 1994; VASCONCELLOS, 2002).

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa, por se uma metodologia que, segundo Oliveira (2008, p. 22), é “[...] busca compreender as experiências, percepções e comportamentos das pessoas em relação a determinado fenômeno”. Para Denzin e Lincoln (2006, p. 03), este tipo de pesquisa envolve um “conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais”. Assim, esta pesquisa contribuiu para a compreensão dos desafios enfrentados pelos professores no planejamento e execução das atividades educacionais no retorno das atividades presenciais pós-pandemia.

O local da pesquisa foi uma escola da rede municipal de Parintins-AM, tendo como sujeitos entrevistados um grupo de quatro docentes que ministram aulas nos anos iniciais do ensino Fundamental (1º ao 5º), aqui identificadas como Helena, Maria, Mônica e Maria das Dores, no sentido de resguardar as suas identidades. Helena tem 58 anos, é graduada em Pedagogia com Especialização em Língua Portuguesa e atua na área da educação há 27 anos. Maria tem 28 anos, é graduada em Licenciatura em Educação Física, está trabalhando na área urbana há exatamente um ano, sendo que no período das aulas remotas, estava ministrando aulas na área rural. Mônica tem 47 anos, tem graduação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia, atuando na área do magistério há seis anos. A professora Maria das Dores tem 37 anos, é graduada em Pedagogia e já atua há sete anos como docente.

Cada uma das professoras recebeu, antecipadamente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo em vista ficarem cientes do objetivo da pesquisa, bem como seus aportes metodológicos. Diante disso, para a produção dos dados, utilizou-se um a entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista possibilita o informante discorrer sobre suas experiências, a partir do que é proposto pelo pesquisador e ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante. As questões elaboradas pelo pesquisador devem conter embasamento teórico da investigação e as informações colhidas sobre o fenômeno social (LIMA; ALMEIDA; LIMA, 1999). A entrevista teve como objetivo identificar a elaboração e execução do planejamento didático, bem como a compreensão das percepções e sentimentos

dos professores em relação ao retorno das aulas presenciais, como a ansiedade e preocupação com a segurança sanitária dos alunos e familiares.

O estudo pautou-se essencialmente nos estudos de Freire (2011), Macedo (2019), Stephanou e Bastos (2008), Teixeira (2012), Ludke e André (1986), Silva (2007), Júnior (2020), Oliveira (2008), entre outros. E, para análise e discussão dos dados considerou-se os objetivos propostos e o referencial teórico adotado.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 AS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES COM RELAÇÃO AO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

Com a pandemia da COVID-19, o setor educacional enfrentou desafios sem precedentes, incluindo a transição abrupta para o ensino remoto e a interrupção das aulas presenciais. Assim que as restrições foram sendo gradualmente relaxadas em várias regiões, surge a necessidade de se preparar para o retorno às aulas presenciais. Nesse contexto, é fundamental identificar as principais preocupações e necessidades dos professores, a fim de oferecer um ambiente seguro e eficaz de aprendizado.

Uma das preocupações centrais é garantir a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos no ambiente escolar. Os professores precisam estar preparados para implementar protocolos de saúde e higiene, como o distanciamento físico, o uso de máscaras e a desinfecção regular das instalações. Além disso, é essencial que os educadores sejam devidamente informados sobre os procedimentos de rastreamento de contato e as diretrizes de saúde locais, a fim de tomar as medidas adequadas em caso de surgimento de casos de COVID-19.

Com o retorno gradual às aulas presenciais após um período desafiador de ensino remoto, é importante reconhecer as preocupações individuais dos professores. Cada educador pode ter diferentes apreensões e incertezas sobre esse processo de transição. Diante disso, questionou-se dos professores qual era a sua maior preocupação com relação ao retorno às aulas presenciais. A professora Helena deixou evidente em sua fala a preocupação com a falta de acesso aos conteúdos do currículo por parte dos estudantes: “[...] o ‘deficit’ de conhecimento de uma boa parte dos estudantes que não conseguiam acompanhar ou participar das aulas devido não ter acesso a uma internet de qualidade, é a minha maior preocupação”.

A resposta da Professora Helena destaca o "déficit" de conhecimento enfrentado por muitos estudantes devido à falta de acesso à internet de qualidade durante as aulas remotas.

Essa observação destaca a realidade de uma parcela significativa de estudantes que não puderam acompanhar e participar plenamente das aulas virtuais devido a limitações tecnológicas. Essa situação pode ter impactado negativamente no processo de ensino-aprendizagem, resultando em defasagem no conhecimento dos alunos.

É importante ressaltar que a falta de acesso à internet de qualidade pode ser um desafio significativo para a educação, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Estudos mostram que a desigualdade digital é uma realidade que afeta diretamente a equidade educacional (DARSIE, 2022). A falta de infraestrutura e recursos tecnológicos adequados pode resultar em exclusão digital, dificultando o acesso igualitário à educação.

A Professora Maria ficou preocupada que seus alunos “*não compreendessem a importância do distanciamento social e de cada um ter seus materiais e não emprestar do colega*”. É preocupante quando os alunos não compreendem a importância do distanciamento social e da necessidade de cada um ter seus próprios materiais. A Professora Maria estava correta em expressar sua preocupação quanto aos alunos não conseguirem respeitar o distanciamento social, pois essa medida seria crucial para a segurança e a saúde de todos na sala de aula, especialmente em um contexto de pandemia.

Como educadora, a Professora Maria tem a responsabilidade de explicar e reforçar constantemente a importância dessas medidas de precaução. Ela pode utilizar diferentes estratégias para ajudar os alunos a entenderem a relevância do distanciamento social, como, segundo Darsie (2022), discussões em sala de aula, apresentação de exemplos reais ou até mesmo a participação de profissionais de saúde para fornecer informações mais detalhadas.

Por sua vez, a Professora Mônica mencionou que:

Por saber que haveria um ‘deficit’, uma falha no processo ensino-aprendizagem, porque foi um processo novo para as crianças aprender à distância, nossa preocupação seria como iríamos recuperar isso, realmente nós enfrentamos muitos problemas e enfrenta até hoje, pois tem muitas crianças que não conseguiu, não estudou nada, e as poucas que conseguiram estudar, que tinham mais condições acompanharam alguma coisa, mas sabemos que não é cem por cento, então ficou essa preocupação com a deficiência do ensino à distância e sabíamos que ia ser difícil recuperar como esta sendo até hoje.

A resposta da Professora Mônica reflete uma preocupação legítima sobre o déficit no processo ensino-aprendizagem durante o período de ensino remoto. De fato, a transição abrupta para o ensino remoto foi um desafio para muitas crianças e suas famílias, e isso resultou em dificuldades na aprendizagem dos estudantes.

Existem várias teorias e pesquisas que sustentam a compreensão de que a educação sem uma mediação expressiva apresenta desafios significativos. Uma das teorias relevantes é a Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky (1998), que destaca a importância da interação social e da mediação do conhecimento para a aprendizagem. A aprendizagem colaborativa e a interação face a face entre professores e alunos desempenham um papel crucial no processo educacional, facilitando a compreensão, a motivação e a resolução de problemas.

Durante o ensino remoto, muitas dessas interações sociais e oportunidades de mediação foram reduzidas ou até mesmo perdidas. Isso pode resultar em uma diminuição do engajamento dos alunos, falta de motivação, dificuldade de compreensão dos conteúdos e menor apoio emocional. Além disso, o acesso limitado à tecnologia e recursos inadequados também podem contribuir para a deficiência no aprendizado.

Por fim, para a Professora Maria das Dores:

Inicialmente, três grandes preocupações surgiram em relação ao retorno às aulas presenciais. A primeira foi a adequação da escola para garantir o distanciamento social, uma vez que as salas de aula estavam superlotadas. A segunda preocupação envolveu a mediação do processo de alfabetização sem a proximidade física necessária, o que exigiu superar o receio de contaminação e adaptar as estratégias de ensino. Por fim, identificar os níveis de alfabetização da turma e elaborar o planejamento didático foi um processo demorado e fragmentado, devido à divisão da turma em grupos e à baixa frequência dos alunos nas aulas presenciais.

Inicialmente, a Professora Maria das Dores compartilha três grandes preocupações em relação ao retorno às aulas presenciais durante a pandemia. A primeira delas diz respeito à necessidade de adequação da escola para garantir o distanciamento social, uma vez que as salas de aula estavam superlotadas. Essa preocupação está alinhada com as diretrizes de saúde pública, que enfatizam a importância de reduzir a disseminação do vírus por meio do distanciamento físico.

A segunda preocupação levantada pela Professora Maria está relacionada à mediação do processo de alfabetização sem a proximidade física necessária. Essa preocupação reflete a importância da interação social e da mediação no processo de aprendizagem. Segundo teorias como a Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky (1998), a interação entre os alunos e o professor desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento. A falta de proximidade física, devido às medidas de distanciamento, demandou dos educadores a superação do receio de contaminação e a adaptação de estratégias de ensino que possibilitassem a continuidade do processo de alfabetização.

Por fim, a terceira preocupação destacada pela Professora Maria envolveu a identificação dos níveis de alfabetização da turma e a elaboração de planejamentos didáticos. Esse processo tornou-se demorado e fragmentado devido à divisão da turma em grupos e à baixa frequência dos alunos nas aulas presenciais. Essa preocupação reflete a dificuldade de avaliar e acompanhar o progresso dos alunos de forma contínua e sistemática em um ambiente de ensino interrompido e reconfigurado.

O retorno à rotina em sala de aula após um período de interrupção ou mudanças significativas, como ocorrido durante a pandemia, levanta questões sobre a prontidão dos professores para retomar suas atividades. Alguns educadores podem se sentir preparados e confiantes em retornar, enquanto outros podem enfrentar dúvidas e incertezas. Neste contexto, é importante refletir sobre os sentimentos e a justificativa pessoal de cada professor em relação à sua prontidão para voltar à sala de aula. Por isso, buscou-se saber das professoras se estavam preparadas para retornar à sua rotina em sala de aula.

A Professora Helena respondeu que “*Sim*”, uma vez que sua instituição realizou toda uma preparação para esse momento, com orientação, materiais necessários. Essa resposta indica que ela se sentiu preparada para retornar à sua rotina em sala de aula devido à preparação realizada pela sua instituição. Ela menciona que sua instituição realizou toda uma preparação, incluindo orientação e fornecimento dos materiais necessários.

Moreira, Henriques e Barros (2020) destacam a importância da preparação prévia por parte da instituição para que os professores se sintam confiantes e capacitados para enfrentar os desafios do retorno presencial. Quando os educadores recebem orientações claras e têm acesso aos recursos e materiais adequados, isso pode contribuir significativamente para sua sensação de preparo e segurança.

Por sua vez, a Professora Maria mencionou que a “*insegurança quanto aos riscos era notória em docentes, discentes e a população me geral, porém a vontade de retornar à rotina era grande e compensava os riscos*”. Esse sentimento de vontade de retorno apesar das preocupações reflete a importância que a educação presencial desempenha na vida das pessoas, tanto para os educadores quanto para os alunos. A interação face a face, a troca de experiências e o ambiente de sala de aula são elementos que contribuem para uma educação mais efetiva.

Conforme Souza e Martins (2022), a vontade de retomar esses aspectos da rotina escolar pode ser motivada pelo reconhecimento do valor da educação presencial e a necessidade de mitigar os impactos negativos da interrupção do ensino durante a pandemia. No entanto, é importante ressaltar que a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos devem ser priorizados

e que medidas adequadas de prevenção devem ser implementadas para minimizar os riscos associados ao retorno às aulas presenciais.

A Professora Mônica não estava preparada, principalmente:

[...] no aspecto psicológico. Estava retornando da aula remota, um formato novo de ministrar as aulas no período da pandemia que de acordo com minhas observações surgiu do improviso, ou seja, não foi planejado adequadamente pela Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM), resultando em muito trabalho e frustrações referentes aos resultados de aprendizagem. Os impactos da pandemia da COVID-19 no processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica do Estado do Amazonas poderiam ser menores se de fato houvesse compromisso dos órgãos competentes (Professora Mônica).

Essa resposta ressalta a importância do planejamento adequado e da organização das atividades de ensino durante a pandemia. A falta de um planejamento efetivo por parte dos órgãos competentes pode ter impactos significativos no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Moreira, Henriques e Barros (2020), o comprometimento dos órgãos responsáveis pela educação é fundamental para garantir a implementação de estratégias adequadas, o suporte necessário aos professores e alunos, e a minimização dos impactos negativos causados pela interrupção das aulas presenciais. O envolvimento dos órgãos competentes na promoção de condições favoráveis para o ensino remoto poderia ter contribuído para reduzir os desafios enfrentados pelos professores e alunos durante esse período de transição.

A Professora Maria das Dores, por sua vez, acredita que:

[...] nenhum professor se sentiu preparado pra voltar, na verdade, nós quisemos voltar, eu posso falar por mim, pois eu estava adoecendo de viver dentro de casa, passava muito tempo sentada dando aula, as minhas aulas se resumia a um dia, uma manhã inteira e não tinha condições de me afastar da cadeira porque eu fazia umas aulas diferenciadas e isso me fazia me manter sentada ali naquela cadeira na frente do computador dando aula e buscando fazer com que as crianças não saíssem ou se desligassem da aula, então isso acabou me prejudicando, por conta de problema de coluna que eu enfrento até hoje e, assim, a gente voltou porque tínhamos que voltar, mas dizer que estávamos preparados assim não, porque nossa saúde ficou abalada, tanto psicológica como fisicamente mesmo. Então foi uma coisa que ninguém esperou e nós tivemos que voltar, foi difícil mas, nós não podíamos parar, o educador não pode parar, sempre tem que buscar ir, não tem como voltar, não tinha atestado, não tinha nada, tivemos que voltar pra sala de aula e também ninguém aguentava mais ficar em casa, isolado, fora que nós não tínhamos mais condições de ficar dando aula (eu no caso) sentada o dia inteiro nos meus dias de aula (Professora Maria das Dores).

A resposta da Professora Maria das Dores revela a falta de preparação dos professores para o retorno às aulas presenciais, embora tenham sentido a necessidade de voltar à rotina. Ela compartilha sua experiência pessoal, mencionando que estava adoecendo devido ao tempo prolongado que passava sentada na frente do computador, ministrando aulas remotas. Essa situação acabou prejudicando sua saúde física, especialmente sua coluna, e também afetou sua saúde mental.

Souza e Martins (2022) destacam a pressão para voltar à sala de aula, mesmo sem se sentir totalmente preparada, ressaltando que os educadores não podem simplesmente parar, mas devem continuar buscando soluções. A falta de alternativas viáveis, como atestados médicos, dificultou a possibilidade de pausa na rotina. Isso destaca a necessidade de cuidar da saúde dos professores e de fornecer suporte adequado para o exercício de suas atividades durante momentos desafiadores como a pandemia.

5.2 A ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO DIDÁTICO NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS: O QUE DIZEM AS PROFESSORAS?

Com o iminente retorno às aulas presenciais nos anos iniciais de uma escola pública da rede municipal de Parintins, é fundamental descrever como foi elaborado o planejamento didático pelas professoras. A complexidade desse processo reside na necessidade de considerar não apenas os aspectos pedagógicos, como conteúdos a serem abordados e metodologias de ensino, mas também as medidas de segurança sanitária, adaptações curriculares e ações de acolhimento aos alunos após um longo período de ensino remoto, garantindo, assim, um retorno seguro e efetivo ao ambiente escolar.

Após ter passado pela experiência desafiadora da aula remota, surge a necessidade de refletir e adequar o planejamento didático para o retorno às aulas presenciais. Esse processo envolve uma cuidadosa avaliação das aprendizagens construídas durante o ensino remoto, identificação das lacunas e dificuldades enfrentadas pelos alunos, além de considerar medidas de segurança sanitária e estratégias para promover um acolhimento efetivo dos estudantes. Neste contexto, é fundamental compreender como os professores elaboraram o planejamento didático, visando oferecer uma experiência de aprendizagem significativa e enriquecedora aos alunos.

A Professora Helena destaca que o planejamento didático para o retorno às aulas presenciais *“foi elaborado levando em consideração as perdas e consequências que a*

pandemia causou nos alunos". Isso sugere uma preocupação em abordar as lacunas de aprendizagem e promover um processo de recuperação, proporcionando um ambiente educacional adequado para que os estudantes possam superar os desafios enfrentados durante o período remoto.

Do ponto de vista teórico, a resposta da Professora Helena está alinhada com a ideia de que o planejamento didático deve levar em conta as necessidades dos alunos e suas experiências prévias. Conforme apontado por Vygotsky (1998, p. 67), "[...] a aprendizagem tem um valor social porque ocorre no contexto de interações sociais entre pessoas, onde o conhecimento é compartilhado, construído e internalizado". Ao considerar as perdas e consequências da pandemia, a professora demonstra uma abordagem sensível e socialmente contextualizada no planejamento didático, buscando proporcionar uma educação que leve em conta as circunstâncias vivenciadas pelos estudantes.

A Professora Maria revela que o planejamento didático para o retorno às aulas presenciais foi elaborado com o objetivo de *“contemplar as adversidades enfrentadas na zona rural e priorizar o bem-estar dos alunos em aspectos sociais, emocionais e psicológicos”*. Essa abordagem reflete a preocupação da professora em criar um ambiente acolhedor e atender às necessidades integrais dos estudantes, reconhecendo que a educação vai além da transmissão de conteúdos curriculares.

Do ponto de vista teórico, a resposta da Professora Maria está alinhada com a abordagem socioemocional da educação. Segundo Souza e Martins (2022, p. 12), "[...] a aprendizagem social e emocional (ASE) é o processo pelo qual as crianças e adultos adquirem e aplicam habilidades sociais, emocionais e acadêmicas necessárias para o sucesso na escola e na vida". Ao considerar as adversidades da zona rural e o bem-estar dos alunos, a professora está incorporando uma perspectiva ampla de aprendizagem que valoriza o desenvolvimento socioemocional como parte essencial da educação.

A resposta da Professora Mônica revela os desafios enfrentados no planejamento didático para o retorno das aulas presenciais, destacando a dificuldade de progressão dos alunos no processo de aprendizagem durante o ensino remoto. Ela menciona a necessidade de *“revisar e reforçar conteúdos do ano anterior para que os estudantes pudessem avançar no currículo planejado para o 3º ano”* (PROFESSORA MÔNICA). A professora também destaca as dificuldades específicas relacionadas à alfabetização, ressaltando a continuidade do trabalho com alunos que ainda não foram plenamente alfabetizados devido às limitações do período da pandemia.

Do ponto de vista teórico, a resposta da Professora Mônica evidencia a importância do processo de recuperação e nivelamento educacional. Conforme afirmado por Souza e Martins (2022, p. 19), "A recuperação deve ir além da simples repetição de conceitos previamente apresentados; ela deve ajudar os alunos a superar quaisquer lacunas de aprendizagem que possam ter se desenvolvido". A abordagem adotada pela professora em revisar conteúdos anteriores e trabalhar com alunos que ainda enfrentam dificuldades na alfabetização é fundamental para lidar com os déficits e promover a aprendizagem efetiva, visando preencher as lacunas que surgiram durante o período remoto de ensino.

A resposta da Professora Maria das Dores, ao elaborar um planejamento didático considerando as realidades da sua turma e personalizando o ensino de acordo com as necessidades dos alunos, está alinhada com a perspectiva de Paulo Freire. Segundo Freire (1996, p. 65), "A prática educativa se funda numa prática de liberdade e não numa prática de dominação. Os educadores, em vez de serem apenas meros transmissores de conhecimento, devem ser facilitadores do processo de aprendizagem, levando em conta a experiência de vida dos alunos".

A iniciativa da Professora Maria das Dores em aplicar um teste diagnóstico e desenvolver um planejamento didático específico evidencia seu compromisso com uma educação libertadora, que valoriza o diálogo, a participação ativa dos alunos e adequação do ensino às suas necessidades individuais.

O retorno às aulas presenciais foi um momento difícil tanto para os professores quanto para os estudantes, pois a preocupação em ser contaminado pelo vírus ainda era constante no contexto da escola. Os professores também estavam ansiosos em saber como as crianças estariam em relação aos conhecimentos estudados no ensino remoto. Já era do conhecimento da equipe escolar que a maioria dos estudantes tiveram dificuldades de acompanhar as aulas online, sendo um dos principais motivos, o problema de conectividade. As dificuldades também se estenderam na elaboração do planejamento didático pelas professoras.

Para Maria, Helena e Mônica uma das maiores dificuldades foi pensar na organização das aulas sem saber como estava o conhecimento dos estudantes referente aos conteúdos estudados no ensino remoto. Como bem enfatizou a professora Mônica "[...] é preciso voltar para saber o que os alunos aprenderam, para assim dar continuidade ao estudo dos conteúdos de cada ano de ensino". A professora Maria das Dores, por sua vez, relatou a sua dificuldade em convencer a coordenação pedagógica para não trabalhar com o plano didático encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM). Para ela, "[...] o

planejamento deve ser elaborado a partir da realidade e necessidades dos estudantes [...] eu, como professora, não devo desenvolver um planejamento didático que tire de mim o direito de pensar o que vou executar”. Para Vasconcelos (2000, p. 79), planejar é “[...] antecipar mentalmente uma ação ou conjunto de ações a serem realizadas, é agir de acordo com o previsto”. Ele afirma ainda que “planejar não é apenas algo que se faz antes de agir, é também agir em função daquilo que se pensa”. Portanto, o autor ressalta que planejar não é apenas algo que se faz antes de agir, é também agir de acordo com os pensamentos da pessoa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pandemia da COVID-19, houve um atraso muito grande no processo de ensino-aprendizagem, conforme mostra a pesquisa realizada, muitas crianças não tiveram a oportunidade de acompanhar as aulas on-line, por não ter acesso a ferramentas tecnológicas e uma internet de qualidade. Todo esse processo evidenciou diversos problemas que apontam para o agravamento das desigualdades e exclusões do sistema educacional e acabou por expor as deficiências na formação de habilidades digitais de professores e estudantes.

Segundo as vozes das professoras, para ter uma aprendizagem significativa, é necessário que o professor esteja junto com a criança lado a lado, pois o elo entre os dois, constitui um elemento fundamental no processo de ensino aprendizagem, levando sempre em consideração as vivências de cada criança.

Com o anúncio do retorno às atividades presenciais, o medo e a inseguranças ainda tomavam conta das pessoas, mas o retorno era iminente. Desse modo uma das preocupações centrais dos professores era que os estudantes respeitassem os protocolos de segurança adotados nas escolas como o distanciamento físico e o uso de máscaras. Outra questão que deixava os professores inquietos era o ‘nível’ de conhecimento em que as crianças se encontravam para prosseguir os estudos, já que uma boa parte não conseguiu acompanhar as aulas online como deveria ser. Essa questão também dificultava a elaboração do planejamento didático por parte dos professores. Mas uma coisa era certa, as professoras tinham consciência de que havia a necessidade de revisar os conteúdos dos anos anteriores para que os estudantes pudessem superar lacunas na aprendizagem.

Uma das dificuldades na elaboração do planejamento didático e que merece atenção foi a imposição de um planejamento de atividades proposto pela Secretaria de Educação do Estado e encaminhado aos professores para que fosse executado. Como não foi pensado a partir das

condições e necessidades dos estudantes, não obteve o resultado esperado.

Por fim, a pandemia da Covid-19 suscitou mudanças sem precedentes em diversos contextos da sociedade e a volta às aulas presenciais representou um grande desafio para toda a comunidade escolar, pois haviam ainda obstáculos a serem vencidos, sem contar do risco de contaminação que ainda existia já que a pandemia ainda não havia cessado. Os professores não estavam cem por cento preparados para esse retorno, ainda teriam que lidar com as dificuldades dos estudantes. Mesmo com todas as professoras já atuando há algum tempo na área da educação, foi um período de adaptação muito difícil neste retorno, visto que ninguém nunca estará preparado para essas situações, é necessário muito trabalho para alcançar os objetivos traçados durante esse percurso que é o processo de ensino aprendizagem. Porém aos poucos foram superando os obstáculos à medida que buscavam novas maneiras de ensinar, criando novas possibilidades de aprendizagem.

REFERÊNCIA

BRAGA, Maria Elane Araújo; FLORENCIO, Thaís de Sousa. Percepção de professores do 1º ano do ensino fundamental, sobre o retorno às aulas presenciais da rede pública. **Ensino Em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8936>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 5 de agosto de 2021**. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=199151-rcp002-21&category_slug=agosto-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola**: elaboração, acompanhamento e avaliação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DARSIE, Camilo *et al.* **Educação e saúde**: reflexões e experiências educativas. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 22).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15º Ed.

São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. Charterização e Uberização: destruindo profissões. **Blog do Freitas**, 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/>. Acesso em: 06 de agosto de 2023.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 19 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: Prática educativa, Pedagogia e Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, M . A. D. S.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C. C. A utilização da observação participante e da entrevista semiestruturada na pesquisa em enfermagem. **R. gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v.20, n. esp., p.130-142, 1999.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Elizabeth; MENEZES, Isabel (Organizadoras). **Currículo, políticas e cultura**: conversas entre Brasil e Portugal. Curitiba: CVR, 2019.

MATTAR; João; LOIREIRO, Ana; RODRIGUES, Elsa. Educação online em tempos de pandemia – desafios e oportunidades para professores e alunos. **Interacções**. v. 16, n. 55. p. 1-5, dezembro, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/22001>. Acesso em: 108 de jul. de 2023.

MORAIS, Karyne A. A. Percepção docente sobre o retorno às aulas presenciais na pandemia da COVID-19. **Revista de Educação, Saúde e Ciências do Xingu**, Altamira, v. 1, n. 5, p. 116-130, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/rescx/article/view/5195>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

MOREIRA, José António Marques; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**. São Paulo, n. 34. p. 351-364, jan./abr. 2020. Disponível: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/17123>. Acesso em: 07 de jul. de 2023.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação**: Desafios Contemporâneos. 7ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

RATUSNIAK, Célia; SILVA, Vanderlete Pereira da. “Deus abençoe o nosso Brasil” - recomendações para o retorno às aulas presenciais das crianças: a travessia da biopolítica à necropolítica. **Educação**, Santa Maria, v. 47, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/67915>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

SANT’ANNA, Flávia Maria et al. **Planejamento de Ensino e Avaliação**. 11 ed. Porto Alegre: Sagra, 1986.

SANTANA, Keila da Silva Goes Di Santo *et al.* Projeto educacional sobre medidas

preventivas contra COVID-19 nas escolas públicas no retorno às aulas presenciais: experiência num município do interior da Bahia. **Revista Brasileira de Doenças Infecciosas**, Salvador, v. 26, Suplemento 1, p. 134-135, jan. 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S141386702100564X>. Acesso em: 05 de jul. de 2023.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. In: Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **ANDES-SN**, Ano XXXI, n. 67. Brasília, p. 36-49, janeiro, 2021.

SCHMITZ, Egídio. **Fundamentos da Didática**. 7ª Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000.

SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. **TrabalhoNecessário**. v. 17, n. 34. p. 229- 251, set-dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38053/21780>. Acesso em: 10 de jul. de 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Silvana Aparecida de; MARTINS, Fernando José. Impactos da pandemia na educação o Brasil e a desigualdade social. **Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 7, n. 3, p. 113-129, 2022. Disponível em: <http://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/56>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Organizadoras). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. 1: séculos XVI – XVIII**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SUNDE, Rosario Martinho. O enfrentamento da COVID-19 no retorno às aulas presenciais na rede escolar pública: medo e ansiedade entre alunos e professores. **REVISE - Revista Integrativa Em Inovações Tecnológicas Nas Ciências Da Saúde**, v. 9, fluxo contínuo, p. 208-222, 2021. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/revise/article/view/2307>. Acesso em: 07 de jul. de 2023.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **A uberização do trabalho docente**: reconfiguração das condições e relações de trabalho mediados por plataformas digitais. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

TEIXEIRE, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico Laderos Libertad-1. 7ª Ed. São Paulo, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda, 1998.